

Prefeitura abre processo administrativo contra construtora do lote 4 do BRT



Foto: Gustavo Tilio

Futuro terminal do BRT do Vida Nova está completamente abandonado, apresentando inclusive sinais de ocupação por moradores em situação de vulnerabilidade, com painos pendurados utilizados como cortinas

Thiago Rovêdo
thiago.rovodo@rac.com.br

EM CAMPINAS

A Prefeitura de Campinas abriu um processo administrativo que pode culminar com multa e até mesmo rompimento do contrato com a construtora responsável pelo lote 4 das obras do sistema BRT. A informação foi dada pelo secretário de Infraestrutura, Carlos José Barreiro, durante reunião da Comissão Permanente de Mobilidade Urbana e Planejamento Viário da Câmara ocorrida na tarde de ontem, no Teatro Bento Quirino.

Lote 4 dos corredores apresenta atrasos desde o ano passado

Segundo Barreiro, a Secretaria de Infraestrutura — responsável pela gestão das intervenções — não tem como estimar um novo prazo para entrega total da obra, em caso de rompimento do contrato, já que uma nova licitação precisará ser feita. “Neste momento, é impossível falar em prazos porque uma nova licitação terá que ser feita e, com isso, há todos os processos burocráticos pelos quais a aprovação do novo contrato precisará passar”, explicou o secretário.

O lote 4, que compõe o Corredor Ouro Verde do BRT, abrange as Avenidas João Jorge, Amoreiras, Praticaba, Ruy Rodriguez e Camucim até o Vida Nova, totalizando 14,6 quilômetros. No ano passado, a Administração chegou a divulgar que aplicou uma multa no valor de R\$ 10 milhões ao consórcio responsável por essas obras por atraso daquele trecho dos corredores. A penalização foi suspensa depois que a empresa assumiu o compromisso de continuar a obra diante das prazos e conceitos técnicos definidos.

Inicialmente, as obras do BRT eram de responsabilidade da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) quando era presidida por Carlos José Barreiro. Quando ele passou a ser secretário de Infraestrutura, levou o projeto junto.

“Aplicamos uma multa em torno de R\$ 10 milhões. Eles, então, assumiram um compromisso conosco, dividiram a obra em duas etapas e deram os novos prazos. A primeira medida era fazer o viário e depois fazer o restante, como acabamentos e afins. Eles subcontrataram uma empresa, o que era permitido, e no início de dezembro começaram no Terminal Ouro Verde, mas vimos que eles estavam patinando”, explicou o secretário.

Os maiores problemas do lote 4 referem-se a trechos viários em frente ao terminal de ônibus Ouro Verde, nas proximidades do Vida Nova, bem como no

Prefeitura pode romper contrato com construtora de obras do BRT

Caso isso realmente ocorra, não há prazo estimado para entrega total do sistema



Trechos viários e passeios perto dos terminais de ônibus ainda não foram finalizados devido ao não cumprimento do contrato pela construtora

trecho da ponte sobre o Rio Capivari, próximo ao Jardim Morumbi. Até agora, o lote 4 teve 89,94% das obras finalizadas.

Segundo explicou o secretário municipal de Infraestrutura, no começo de abril a construtora apresentou o cronograma das estações e acabamentos, mas novamente abandonou a obra. “Nós fizemos uma nova reunião com eles e vimos que a situação estava problemática. Decidimos abrir um novo processo e a etapa seguinte desse processo pode ser a rescisão contratual”, afirmou Barreiro.

No total, as obras do BRT custaram aos cofres públicos, até hoje, R\$ 444,58 milhões. O lote 4 teve um custo total de R\$ 101,64 milhões,

sendo pagos R\$ 91,3 milhões até agora pelos 89,63% que foram concluídos.

No começo deste mês, uma matéria do **Correio Popular** mostrou que, enquanto o Terminal Vida Nova está completamente abandonado, inclusive com sinais de ocupação por moradores em situação de rua, o Terminal Santa Lúcia segue com prédios inacabados e as estações ao longo das avenidas não podem ser utilizadas, obrigando os usuários a ficar em pontos de ônibus improvisados.

Quase chegando ao Terminal Vida Nova, o ainda protótipo do novo terminal de ônibus não tem sinais de intervenção há tempos. Há ferrugem, concreto quebrado e telhado dando mostras de esgotamento, com goteiras. Entre

os pisos, é possível ver uma cobertura sendo utilizada como cortina para abrigar moradores em situação de rua que dormem no local durante a noite.

Licitação

Enquanto isso, os usuários do transporte público de Campinas são obrigados a ficar em pontos de ônibus improvisados, muitas vezes expostos à chuva. Não há previsão de quando o sistema BRT começará a operar de forma definitiva.

A quantidade de audiências públicas realizadas, no total de 11, e a necessidade de ajustes no edital a partir dos apontamentos colhidos pela Administração Municipal são os motivos que levaram ao novo adiamento.

A recomendação por maior prazo de consulta pública foi feita pelo Ministério Público. A Prefeitura informou que mudou o prazo de consulta de 30 para 90 dias, e a alteração contribuiu para que a licitação tivesse a data novamente estendida.

É grande a expectativa pelo novo sistema de transporte público coletivo porque, com a nova licitação, deverão ser oferecidos à população viagens mais confortáveis, ônibus silenciosos e menos poluentes, informações mais confiáveis e em tempo real, menor tempo de espera nos pontos, estações e terminais mais adequados, e maior facilidade para o pagamento da tarifa, além do fim da expiração

de créditos.

Obras na John Boyd

Barreiro também citou que as obras de construção do viaduto da Avenida Transamazônica e do complemento do Corredor BRT do Campo Grande sobre o viaduto da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) estão previstas para serem iniciadas em meados de julho, com previsão de término entre nove e 12 meses.

O Corredor Campo Grande começa no Terminal Mercado, passa próximo à Rodoviária, depois percorre o leito desativado do antigo VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e segue pela Avenida John Boyd Dunlop a partir do Jardim Aurélio. Ele vai até o Terminal Tajá, totalizando 17,9 quilômetros.

“Esses dois projetos tiveram que mudar completamente, por isso, houve um atraso. No caso da Avenida Transamazônica, a intenção inicial era ela passar por baixo da John Boyd Dunlop, mas isso se tornou inviável e mudou para um viaduto. No caso da Bandeirantes, tivemos que fazer adequações que foram apontadas pela concessionária responsável pela rodovia”, explicou o secretário.

Ainda na Avenida John Boyd, a burocracia atrapalha a obra do BRT no trecho que fica em frente do Shopping Parque das Bandeiras, no Jardim Ipaussurama. O local é o único de todo o sistema que não recebeu nenhum tipo de intervenção desde 2017, quando se iniciaram as obras. O Shopping Parque das Bandeiras será responsável, por meio de contrapartida, por construir essa parte do Corredor Campo Grande.

De acordo com a Prefeitura, essas obras pressupõem a construção da estação do BRT defronte ao shopping, obras viárias com pavimento rígido desde o final do Campus II da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) até o encalce do novo viaduto.

Tanto a Prefeitura como o shopping informaram que está em trâmite na Secretaria de Justiça um processo complementar para adequar as necessidades do projeto. Após a sua conclusão, o empreendimento dará sequência à execução da obra naquele trecho.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 7